

---

O CONFLITO NA ÁFRICA AUSTRAL

---

*Victor Augusto Nunes de Sá Machado*

---

## O CONFLITO NA ÁFRICA AUSTRAL (\*)

---

Tive o ano passado a oportunidade de tecer aqui, no Instituto de Defesa Nacional, algumas considerações sobre o mesmo tema que hoje nos ocupa: o conflito na África Austral.

Disse então que dificilmente outra área do mundo — com exceção porventura do Médio Oriente — poderia com melhor título chamar-se de zona de conflito: com efeito, perfilam-se aí, e com particular agudeza, todos os factores de conflitualidade que o nosso mundo conhece, tanto ao nível individual como colectivo, desde o choque cultural, que opõe comunidades demograficamente significativas portadoras de visões do mundo dificilmente compatíveis, até aos choques de classe, que opõem os ricos aos pobres, ao nível individual — pelo menos adentro do país mais importante da área — como a nível nacional, entre países que o destino e os acasos da história fizeram desesperadamente pobres e outro que a natureza e a técnica tornaram ostensivamente rico. Emprestando ainda maior profundidade aos factores de clivagem sumariamente apontados, convergem ali a questão sociológica e politicamente decisiva da cor e, como pano de fundo, o confronto, aberto ou larvado, das grandes ideologias do nosso tempo, cujo antagonismo configura o vasto conflito Leste-Oeste.

O choque cultural constitui, penso eu, o primeiro dos factores de conflito que agitam o continente, cuja história se tem entretecido sobretudo desse afrontamento de raças e culturas, desde os primeiros ensaios de colonização da época pré-romana, a Roma e às invasões arábicas do Magrebe, até à expansão europeia a partir do século XV.

Povos tecnologicamente mais evoluídos têm ao longo dos séculos imposto a lei do mais forte a comunidades menos organizadas politicamente, polarizadas em torno de obediências tribais, demograficamente pouco importantes, de perfil societal vertical, tecnicamente incipientes, e com quadros

---

(\*) Conferência proferida em 2 de Fevereiro de 1984 no Instituto da Defesa Nacional ao Curso de Defesa Nacional de 1984.

culturais e formas civilizacionais que não facilitam a recepção de tecnologias criadas e desenvolvidas sobre pressupostos de distinta racionalidade.

A diferenciação cultural, que serviu no passado para justificar o chamado direito da colonização, e que no presente é assumida com *arrogância* em nome do direito à identidade cultural, tem constituído o leito de uma conflitualidade profunda, que esteve em grande medida na origem das árduas guerras da pacificação e depois das guerrilhas que conduziram às independências.

A segunda metade do século XX viu formarem-se as novas nações africanas, libertas finalmente das tutelas coloniais, e quando poderia pensar-se que a paz, assente em pressupostos mais consentâneos com a realidade sociológica, cobriria por fim, de maneira durável, o continente, assistimos, pelo contrário, a um recrudescer das situações de instabilidade, de conflito aberto, de guerrilha ou mesmo de guerra.

Trata-se de uma situação de etiologia complexa, cuja explicação passa, em grande medida, por ressurgências culturais que nem a colonização com a sua lei de bronze, nem a adopção de ideologias unificadoras, como o marxismo que arvoram a grande maioria dos Novos Estados, conseguiu apagar ou impedir.

Esse choque cultural perpetuado nos Estados negros pelo princípio da sacralidade das fronteiras, traçadas nas chancelarias da Europa sem respeito pelas especificidades locais, explica-se ali pela falência das ideologias com que se pretendeu unificar o Estado e no país mais importante da área — a África do Sul —, de maneira mais objectiva e radical, pela presença, no mesmo território, de duas comunidades separadas pela barreira da cor, ambas com títulos, jurídicos e políticos, para se reivindicarem desse território, como palco da autoridade estadual e momento integrador da comunidade: brancos e negros convivem dificilmente, no quadro de um regime — o *apartheid* — cuja base teórica, na formulação que lhe é dada pelos seus promotores brancos, assenta precisamente na impossibilidade de integração e na incompatibilidade entre povos e grupos de diferentes passados socioculturais, e, nessa medida, portadores de identidades culturais distintas.

Define-se deste modo, e à partida, um quadro de difícil resolução, marcado na África do Sul, pelo confronto entre brancos e negros, e nos restantes países, pela ressurgência da conflitualidade etno-tribal, que a colonização não logrou fazer desaparecer e que a concorrência de novas causas, como a desde logo falada falência de ideologias importadas e, de

maneira concreta, a difícil construção do Estado, perturbada pela ausência da paz e por um desenvolvimento frustrado, tornou particularmente virulenta.

Identificamos deste modo, além do choque cultural, mais dois factores de conflitualidade, todos intimamente relacionados e que mutuamente se potenciam e se explicam: por um lado o subdesenvolvimento crónico, e por outro o contencioso etno-tribal.

Herdeiros, na sua maioria, de aparelhos produtivos erguidos pelas potências coloniais, estruturalmente dependentes das economias avançadas do Norte, e desertados dos quadros capazes de fazerem funcionar, com um mínimo de eficácia, esses mesmos aparelhos, deparam-se os países da África Negra com a dificuldade da descoberta de um modelo de desenvolvimento alternativo e aut centrado, que integre as virtualidades de uma necessária compatibilização com a própria identidade cultural, um modelo que possa, em suma, compatibilizar as técnicas com as formas culturais ou civilizacionais prevalentes, fora de cujo contexto a utilização das técnicas de diferente matriz se tem demonstrado difícil ou mesmo impossível: daí o empobrecimento sistemático da África Negra, cujos índices de rendimento e produtividade vêm decaindo continuamente, num processo particularmente perigoso porque potenciador de todas as restantes causas de conflito, tanto endógenas como exógenas.

As nações africanas herdaram as fronteiras coloniais que, como disse acima, foram na sua maioria traçadas nas chancelarias da Europa, em negociações de que estiveram ausentes os seus principais interessados: o resultado aí está, no *puzzle* complexo que reúne, sob uma definição nacional que teve de fazer apelo a factores de unificação divorciados da realidade profunda, tribos e etnias diversas, cujos antagonismos se conservaram latentes no período colonial, para irromperem, de maneira mais ou menos violenta, logo que os colonizadores se retiraram. A ressurgência dessa conflitualidade latente, que se afirma tanto mais vigorosa quanto a colonização foi menos dura — explica o desconforto com que os novos Estados se acomodam aos seus limites geográficos e os conflitos que um pouco por toda a parte têm justificado as lutas pelo predomínio político — ensaiadas pelas etnias dominantes ou as recessões procuradas por etnias dominadas, como no Tchad, no Uganda, na Nigéria ou no Zaire. A mesma base contenciosa, de natureza etno-tribal, explica igualmente o aproveitamento que dela faz a África do Sul quando pretende demorar na Namíbia a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas e apoia em Moçambique e em Angola os movimentos de

oposição aos governos constituídos, representados pela chamada Resistência Nacional Moçambicana e a UNITA, principalmente. Em Angola, de maneira clara, os diversos movimentos em presença e antes das obediências ideológicas, ou por sua falência, identificam-se com tradicionais divisões etno-tribais a que correspondem localizações precisas que apontam para a FNLA o norte e o nordeste bakongo, para o MPLA os perímetros urbanos onde se desenvolveram as sociedades crioulas e o país ambundo e para a UNITA a zona do planalto central e as terras do sueste habitadas pela nação ovimbunda.

É manifesto que as razões que sacodem Angola e Moçambique, bem como outros países de África, se não esgotam no falado contencioso etno-tribal, pois assumem aí importância mais próxima as diferentes obediências ideológicas dos grupos em conflito, o comprometimento internacional de forças extracontinentais e o papel decisivo da República da África do Sul.

Mas é inequívoco que a estratégia dessas forças exógenas tem procurado sobretudo aproveitar as clivagens existentes, como o têm feito as próprias forças políticas internas, entre si competindo pelo poder político: exemplar a este propósito é o itinerário seguido, por exemplo em Angola, tanto pelo MPLA como pela UNITA: o primeiro, movimento frentista que foi praticamente desde as suas origens, com inequívoca vocação anti-racista, viu-se constrangido, para se garantir uma base de apoio que o marxismo-leninismo não conseguiu aglutinar, a fazer apelo a motivações tribais, com particular ênfase no grupo Catete; nos mesmos termos em que a UNITA, em favor da qual os brancos de Angola, muitos deles angolanos de segunda ou terceira geração, haviam desmantelado, no início do processo de descolonização, as suas próprias formações partidárias, e mau grado a envergadura política do seu líder natural Jonas Savimbi, a UNITA, dizíamos, também se viu obrigada, para consolidar a sua base de apoio, a definir-se como movimento negro, de evidente conotação racista e tribal.

Em Moçambique, onde a Frelimo se afirmou desde o princípio como movimento anti-racista, a desatenção prestada às hierarquias tradicionais, próprias de sociedades verticais de base tribal, explica outrossim a notória facilidade organizativa da Resistência Nacional Moçambicana, facilitada ainda pela falência dos esquemas de desenvolvimento, planificado em termos nacionais sobre uma nação constituída ainda por várias nações cuja amálgama nem a colonização portuguesa, nem os poucos anos da independência, haviam conseguido consolidar.

O quarto factor de conflitualidade, nesta enumeração genérica que vimos fazendo para tentar situar a complexa situação da África Austral, prende-se naturalmente com a existência de um estado de hegemonia branca num continente em que a negritude se afirma como a primeira pulsão para a independência e a dignidade nacionais. Estado poderoso, onde se acomodam mal brancos, pretos, mestiços e asiáticos, na moldura de um regime — o *apartheid* — que aponta para o desenvolvimento separado das várias comunidades e onde a minoria branca defende com violência a sua supremacia, por vias e processos que a consciência moral do mundo inequivocamente reprova, a África do Sul situa uma problemática complexíssima, para a qual não é fácil avançar qualquer prognóstico. Se é verdade que o *apartheid* deve ser condenado sem reserva, não é menos verdade que uma aproximação simplista dos problemas com que se defronta a África do Sul seria errada e redutora.

Os sul-africanos brancos são tão africanos quanto os pretos, mas o direito destes de viver e intervir politicamente na vida do seu país é tão inquestionável quanto o daqueles: a questão está em saber como conciliar interesses igualmente atendíveis, num continente onde as maiorias negras têm, uma vez alcançado o poder, sistematicamente denegado o direito dos outros e onde as minorias étnicas têm sofrido o triste destino que governos despóticos e extravagantes lhes têm ditado. Acrescem aqui porém outras circunstâncias, que reproduzem no contexto territorial da África do Sul praticamente todas as causas conflituais que vimos apontando: além do conflito inter-racial num país que conta 4 500 000 brancos e 20 000 000 de negros e onde os brancos detêm, com pequenas concessões, a totalidade dos poderes político, económico, financeiro, militar, e perspectivam de maneira paternalista a sua relação com as restantes comunidades, acontece que o Estado, branco, conservador, afrikander, é resolutamente anticomunista, travando ainda sobre todas as outras esta batalha, dentro e fora do país, no interior contra movimentos de oposição negra de alegada obediência soviética, e no exterior contra o cerco de países de definição marxista ou marxista-leninista como o são a grande maioria dos Estados fronteiriços, com destaque para Angola, Moçambique e o Zimbabwé.

É por todas estas razões que a África do Sul constitui sobretudo o *pivot* de toda a problemática do conflito na África Austral. País económica e militarmente poderoso, com importância estratégica indiscutível, elemento chave na manutenção do equilíbrio de poder existente, e nessa medida componente

essencial da estratégia global do Ocidente, a África do Sul coloca paradoxalmente alguns dos mais difíceis problemas com que o Ocidente é confrontado. Em razão do seu sistema político interno, que contraria toda a teoria de valores que constituem, porventura, a única e decisiva arma com que o Ocidente pode contar para vencer a ofensiva marxista, nas regiões do mundo onde o desrespeito sistemático dos direitos fundamentais e, desde logo, o de participação política plena tem vindo a abrir as portas à União Soviética e à sua ideologia.

Detentora de recursos minerais extremamente importantes, possuindo os maiores depósitos conhecidos de ouro, platina, cromo, vanádio, espato-fluor e, ainda, enormes jazidas de antimónio, amianto, carvão, chumbo, cobre, diamantes, ferro, fosfatos, níquel, titânio, urânio, zinco e zircónio, a África do Sul é, para alguns minerais imprescindíveis, a única fonte de abastecimento do Ocidente e, para muitos outros, a fonte principal.

Dispondo por outro lado de posição geo-estratégica privilegiada, dominando a rota do Cabo, via essencial para o abastecimento de petróleo, constituindo hoje uma nação militarizada com as mais poderosas forças armadas do continente e uma indústria de armamento que a coloca entre os 10 principais fornecedores de armas do mundo; contando, por outro lado, com cerca de 40 por cento do investimento directo americano em África e um volume comercial da ordem dos 3,5 mil milhões de dólares com os Estados Unidos, a África do Sul representa uma das ancoragens mais fortes e ao mesmo tempo um dos pontos mais frágeis na estratégia ocidental de contenção do expansionismo soviético na África e coloca, como disse atrás, alguns dos problemas mais delicados e paradoxais para as políticas externas dos países do mundo livre.

Cercada por países hostis, com a sua população negra em crescente agitação, encorajada pelo evoluir da situação nos territórios vizinhos e pela generalizada condenação do *apartheid*, a África do Sul tem vindo a ensaiar uma política externa caracterizada ao nível regional pela prossecução de dois objectivos principais: procura da criação de uma teia de dependências de carácter económico e tecnológico que lhe garantam fronteiras mais seguras, mediante a erradicação ou pelo menos a neutralização dos movimentos negros sul-africanos antigovernamentais, como a ANC, e, por outro lado, prossecução de acções de desestabilização nos países de maior alinhamento com a União Soviética, com vista à desorganização económica e

política susceptível de conduzir a uma negociação complacente ou à eventual e mais remota substituição dos respectivos governos.

A primeira orientação conheceu formulação explícita no projecto sul-africano da constituição de uma Constelação de Estados, visando o estabelecimento de «relações mutuamente vantajosas entre Estados independentes» abrangendo à partida o desenvolvimento e a cooperação económica mas com vocação para se alargarem aos domínios político, social e de segurança. A esta tentativa de hegemonização regional responderam os Estados da Linha da Frente com a criação de um agrupamento regional alternativo, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), onde vieram a incorporar-se Estados-chave da constelação como o Malawi, o Botswana, o Lesoto e a Swasilândia.

A segunda orientação passa por pressões ocasionais sobre o Lesoto, Botswana e Swazilândia até à ocupação militar de uma faixa ao longo da fronteira sul de Angola, desenvolvida em frequentes expedições punitivas alegadamente visando as bases, campos de treino e comboios da SWAPO, mas obrigando os angolanos a uma guerra particularmente desgastante, em homens e recursos financeiros, que tem debilitado o Estado angolano, obrigado a manter duas frentes de guerra, e encorajando e possibilitando a progressão espectacular da UNITA, cujo apoio logístico da África do Sul é conhecido.

Do mesmo modo, em Moçambique, além dos *raids* nas proximidades de Maputo, a África do Sul presta inequívoco apoio à Resistência Nacional Moçambicana, cuja actividade guerrilheira está colocando o Estado moçambicano à beira do colapso económico.

Num caso e noutro, a intervenção armada da África do Sul vem provocando a erosão política dos Estados em causa, debatendo-se com problemas económicos gravíssimos, obrigados como estão a canalizar para a defesa o melhor dos seus recursos financeiros e humanos, e a deixar sem satisfação necessidades básicas das populações, cujo desencanto *vis-à-vis* dos respectivos governos é manifesto, num processo susceptível de conduzir a perturbações políticas graves no interior dos próprios aparelhos do poder constituído.

Política sem dúvida arriscada e de desfecho imprevisível, capaz de produzir, como parece ser o caso de Moçambique, relativamente mais liberto da tutela soviética, uma evolução ditada por considerações de ordem pragmática que tem forçado os dirigentes moçambicanos a procurar um *modus*



*vivendi* aceitável com o seu poderoso vizinho, mas igualmente susceptível de conduzir a um reforço da presença soviética na área, com o inevitável agravamento das ligações e dos compromissos, como é o caso de Angola, cujo governo, mau grado as evidentes tensões no interior do MPLA, tem vindo a reforçar a sua dependência face ao bloco soviético, fornecedor das armas e do *know-how* militar a que os angolanos, acossados por uma guerrilha interna que domina praticamente 10 das 14 províncias do país, e pela presença militar sul-africana do Sul, são forçados, na expectativa de alterações políticas possíveis, mas não garantidas, a recorrer cada vez mais.

Neste âmbito avulta sobretudo a questão da Namíbia, que pode considerar-se como o ponto chave da estratégia sul-africana a nível regional. É conhecido o longo processo que tem vindo a desenvolver-se em torno da independência do antigo Sudoeste Africano, confiado em mandato da Sociedade das Nações em 1920 à África do Sul, mandato que as Nações Unidas vieram a considerar formalmente extinto em 1966, após tentativa de integração e o ensaio recomendado pela Comissão Odenndaal de estabelecimento de *homelands* étnicos ou tribais eventualmente conducentes à incorporação de um *homeland* branco, a que seria reservada a maior percentagem das terras cultiváveis. Desenvolveu-se a partir daí uma complexa batalha política e jurídica com vista a garantir à Namíbia o direito à autodeterminação e independência, por via das várias resoluções das Nações Unidas que reafirmaram sucessivamente a ilegalidade da presença sul-africana no território, conferiram à SWAPO a legitimidade de autêntico representante do povo namibiano e ensaiaram processos e calendários que, mau grado a pressão internacional e os bons ofícios do chamado grupo de contacto, constituído pelos 5 países ocidentais ao tempo membros do Conselho de Segurança (1976), a África do Sul tem vindo a contestar, fazendo embora concessões graduais, numa clara tentativa para ganhar tempo, em ordem a dois objectivos fundamentais: reforçar os chamados partidos internos e enfraquecer a SWAPO, que iniciou a luta armada a partir de 65 e a que a independência de Angola conferiu santuário importantíssimo. Além da pressão internacional protagonizada pela ONU e pelos países ocidentais representados sobretudo pelo grupo de contacto, dois acontecimentos maiores obrigaram a África do Sul a uma maior flexibilidade no tratamento do problema namibiano: por um lado, a emergência de dois estados marxistas-leninistas na área, potencialmente hostis, e o resultado das eleições no Zimbabué, que ditaram o fracasso espectacular da experiência Muzorewa.

O quadro não é todavia de análise simples, dada a multiplicidade de factores a ter em conta e que explicam o sinuoso percurso sul-africano no que respeita à Namíbia: entre outros, a guerra civil em Angola e o dimensionamento da UNITA como alternativa possível ao governo MPLA, ou, de qualquer maneira, como factor de desestabilização permanente para o governo pró-soviético de Luanda; a escalada soviética em Angola e a presença de forte contingente de tropas cubanas; a fragilidade dos partidos internos da Namíbia e a dificuldade na sua concertação; o comprometimento progressivo das forças sul-africanas na guerra do Sul de Angola e os seus imprevisíveis efeitos no equilíbrio interno sul-africano, com possíveis repercussões no desenvolvimento da política interna, desde logo no que toca às expectativas eleitoriais dos partidos brancos e a própria solidez do governo e do partido maioritário: por fim, a imprevisibilidade do efeito da guerra e da política subsequente de africanização do exército territorial da Namíbia na dinâmica e no comportamento da SWAPO, cuja influência contrariamente ao previsto pode vir a aumentar. Por outro lado, a substituição nos Estados Unidos da Administração Carter por uma administração republicana, chefiada por um conservador duro, empenhado em conter o expansionismo soviético no mundo, com regresso, embora mitigado, à concepção globalista da política externa e que considera não só a África do Sul um amigo valioso que não pode abandonar-se como a África Austral uma zona onde se jogam para os americanos interesses vitais, tanto estratégicos como económicos. Nesta perspectiva, a controversa questão do *linkeage*, primeiramente avançada pelos americanos, condicionando a aplicação da Resolução 435 à prévia retirada das forças cubanas de Angola, é invocada pela África do Sul como questão de segurança decisiva, fornecendo-lhe um pretexto adicional para adiar o processo da independência, na expectativa, como dissemos, de que se produzam alterações significativas nos países de santuário ou que os partidos internos consigam finalmente erguer uma aliança que constitua uma alternativa eleitoral viável *vis-à-vis* da SWAPO.

Este processo tem conhecido nos últimos dias alguns desenvolvimentos significativos, com a oferta de uma trégua e a retirada das forças sul-africanas de Angola e a realização de encontros e negociações entre representantes angolanos e sul-africanos, designadamente em Cabo Verde.

De qualquer modo, a questão do *linkeage* continua a pôr-se do lado sul-africano, o que significa, na prática, que não deve esperar-se muito

destes últimos desenvolvimentos. Com efeito, fora de um acordo global que possa neutralizar de algum modo a UNITA, não me parece que a retirada das forças cubanas possa ser aceite por Angola: na verdade, mais do que a ameaça sul-africana preocupa sobretudo os dirigentes angolanos a progressão de Jonas Savimbi. É nesta perspectiva que bem pode dizer-se constituírem as tropas cubanas uma guarda pretoriana do regime de Luanda, sem a qual a sobrevivência do governo e dos seus responsáveis e a própria influência soviética estariam certamente postas em causa. Acordo global que por outro lado deve igualmente satisfazer de algum modo as pretensões de Pretória, no que respeita à existência de um governo não hostil na Namíbia, o que pode no fundo e no futuro vir a significar que os grandes sacrificados sejam Njoma e Savimbi.

Passámos em revista, de maneira muito geral, o quadro das principais razões de conflitualidade que agitam a África Austral; pareceu-me sobretudo interessante, embora com uma ou outra afloração mais circunstancial, apontar o que considero as linhas gerais ou moldura, se quiserem, dessa conflitualidade que ameaça tornar-se endémica: falei assim das incompatibilidades culturais, do subdesenvolvimento crónico e das reais dificuldades de desenvolvimento fora de um quadro alternativo mais compatível com a realidade sociológica africana, dos vários contenciosos étnicos e tribais que continuam a subsistir e que irrompem com violência desusada quando condições determinadas o propiciam; e, por fim, do papel da África do Sul como Estado branco implantado num continente negro; anticomunista, numa vizinhança marxista-leninista; discriminatório e racista num espaço em que a dignidade do homem negro se arvora, com mais ou menos sinceridade, como a bandeira da libertação necessária; e, todavia, um estado estrategicamente importante para o Ocidente, detentor de recursos vitais e que só por grosseiro erro de análise pode ser indentificado como um Estado colonialista.

Resta-nos, para terminar este rápido bosquejo, apontar a última mas porventura a mais importante causa dessa conflitualidade que vimos analisando e que torna a África Austral uma das zonas mais sensíveis e perigosas do mundo. Trata-se, como é evidente, do envolvimento das superpotências nas querelas regionais ou locais no Terceiro Mundo.

No que respeita a África, e de modo particular à África Austral, esse envolvimento, protagonizado sobretudo pela União Soviética, conheceu evolução espectacular nos últimos anos, mais precisamente após a *débacle* que

foi a descolonização portuguesa nas suas grandes colónias de Angola e Moçambique. Bem colocada para intervir na zona, graças ao apoio concedido aos movimentos de libertação, ideológica e politicamente dela tributários, a União Soviética cedo apareceu nos teatros político e militar da África Austral, fazendo jus ao sentido de oportunidade que tem caracterizado a sua política externa e na linha de uma estratégia de controlo não apenas dos mares quentes mas também das fontes de matérias-primas de que dependem as sociedades industrializadas do Ocidente. Ultrapassando uma concepção de política externa e de segurança, caracterizada por grande prudência e cuidadosa avaliação de riscos, que fazia limitar ao interior do bloco soviético a intervenção das forças vermelhas, deixando para actuação no exterior a utilização de meios menos directos, a União Soviética, que aperfeiçoou, certamente nos seus centros de decisão, a filosofia e a estratégia do comprometimento soviético em guerras localizadas e conflitos regionais, tornou-se na última década uma potência global que prossegue uma política planetária coerciva, tendo para tanto aparelhado meios não apenas navais mas todos os necessários para num breve espaço de tempo deslocar e utilizar em qualquer parte do Globo forças consideráveis, cujo uso justifica por aplicação de uma doutrina político-militar que constitui extrapolação globalizante da doutrina formulada por Brejnev para o interior do bloco soviético. Penetrando em África por força das solidariedades estruturais estabelecidas com os movimentos de libertação, aí tem vindo a firmar-se nos últimos anos — designadamente depois de 1974 — por via de uma estratégia linear, que tem a ver, na perspectiva coerciva da sua nova política externa, com a dominação dos instrumentos do poder existentes: o mesmo é dizer, pelo domínio e controlo das Forças Armadas que constituem na maioria dos países considerados o único e real instrumento de poder.

Encontra de resto a União Soviética em África condições propícias ao seu expansionismo, dada a conflitualidade reinante, que, como se sabe, o marxismo-leninismo considera condição normal e necessária para a consecução dos objectivos para que aponta o internacionalismo proletário.

Caberá para terminar dizer algo sobre o papel ou a intervenção dos Estados Unidos na zona que constitui objecto da nossa análise: parece manifesto que, contrariamente ao que acontece com a União Soviética, a África não constitui, ou não tem constituído, das primeiras prioridades da política externa americana. A braços com o trauma do Vietname e com o escândalo Watergate, a Administração republicana Nixon-Ford estava mal

preparada para responder, de maneira activa, aos problemas que a descolonização portuguesa fez despoletar na África Austral.

Mau grado os esforços de Kissinger, teorizador e principal intérprete da doutrina globalista, segundo a qual os vários conflitos que irrompem no mundo têm a ver, de modo directo ou indirecto, com o confronto Leste-Oeste, impondo-se nessa medida ao Ocidente, e aos Estados Unidos em particular, travar o desafio soviético onde quer que o mesmo se coloque, mau grado os esforços de Kissinger a verdade é que a opinião pública norte-americana não via com bons olhos novo e pesado envolvimento dos Estados Unidos em guerras excêntricas.

O programa solicitado pelo «Comité dos 40», presidido pelo Dr. Kissinger, à CIA, com vista a uma intervenção que tornasse possível ganhar a guerra de Angola, não pôde assim ser concretizado, tendo deparado com a oposição frontal do Congresso que veio a proibir, com a Emenda Clark, qualquer apoio militar aos movimentos oposicionistas angolanos, sem autorização expressa do mesmo Congresso.

Com a Administração Carter opera-se uma modificação sensível no *approach* americano aos problemas da África: os regionalistas, que privilegiavam na sua análise e na formulação das políticas as causas locais do conflito, as quais, segundo esta óptica, podem explicá-lo com mais propriedade que o recurso simplista ao confronto entre as superpotências, substituem os globalistas no *State Department*.

A vocalização extrema dessa nova política foi sobretudo assumida por Andrew Young e por Mondale, no tratamento, por exemplo, da questão das forças cubanas ou da aplicação da regra um homem/um voto no respeitante à África do Sul. Resultado mais evidente desta orientação traduziu-se no aumento da pressão sobre a República da África do Sul e no estabelecimento de relações menos tensas com o governo marxista de Angola. Com o regresso dos republicanos, sob a presidência de Ronald Reagan, a política americana sofre nova inflexão, no sentido das teses globalistas, de uma mais clara explicitação dos interesses americanos no continente negro e da repescagem da ideia do *constructive engagement*, que aponta para uma diplomacia activa com vista ao estabelecimento de uma base política de negociação ao nível regional e, no que respeita à África do Sul, à criação de uma relação construtiva baseada em interesses comuns, persuasão e comunicação melhoradas na perspectiva do reforço do processo de reforma e de mudança não violenta que se terá iniciado no país.

A proposta de uma base política de negociação interessando todos os países da área, a manifesta maior confiança da África do Sul e a actuação de uma política externa global de contenção inequívoca do avanço soviético tem, é inegável, vindo a produzir alguns frutos: o desfecho da questão da Namíbia constituirá seguramente o teste mais decisivo da bondade desta política. Para terminar gostaria de dizer, a este propósito — o das implicações do conflito Leste-Oeste na África Austral —, que os problemas ali perfilados me não parecem susceptíveis de resolução, a não ser no quadro de um acordo global de natureza política que tome em consideração todos os interesses prevalentes em jogo: e que dê à África do Sul a tranquilidade para proceder, se é que o deseja sinceramente, às transformações políticas internas que lhe tornem tolerável a vizinhança pelos Estados negros fronteiriços. De qualquer modo — essa é de resto a lição da história recente ou mais remota — não me parece que a União Soviética possa ser batida em África pela força das armas; mas também me não parece que o seu domínio ali seja perdurável, por várias razões de que se destacam, por um lado, a sua ignorância histórica do *ethos* africano e, por outro, a capacidade que a África tem para absorver e transformar tudo o que lhe é estranho: um pouco à semelhança das suas florestas, se a imagem me é permitida. Os africanos são sobretudo nacionalistas que acabarão por regeitar o marxismo ou adequá-lo à sua tradição comunitária profunda, sem sujeições a centros extracontinentais.

Por isso me parece justa uma política que privilegie o longo prazo e que dê aos governos africanos as condições de estabilidade para que possam assumir, de maneira conseguida, as suas ainda e sempre adiadas esperanças de libertação e desenvolvimento.

*Dr. Victor Augusto Nunes de Sá Machado*